

O “MELHOR” NO ÂMBITO DA AÇÃO HUMANA – ÉTICA EUDÊMIA I 8¹

Raphael Zillig

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Neste trabalho, pretendemos investigar como deve ser compreendida a questão “o que é o melhor?” (*ti to ariston*), enunciada por Aristóteles no início de *Ética Eudêmia* I 8. Pretendemos, com isso, determinar quais são as suposições a partir das quais Aristóteles aborda essa pergunta em I 8, qual o tipo de resposta que a ela deve ser fornecida e como essa questão insere-se na investigação desenvolvida nos capítulos anteriores (em particular em I 7). Sustentaremos que, em I 8, Aristóteles pretende dar continuidade à tarefa que é iniciada em I 7 e que consiste em tornar mais clara uma concepção geral de felicidade que não é posta em questão. Parte dessa concepção de felicidade consiste na ideia segundo a qual o melhor corresponde ao fim (*telos*). A I 8 caberia tornar mais claro o que significa dizer do fim, que ele é aquilo que é o melhor.

Palavras-chave: Aristóteles, melhor, fim, bem em si, felicidade.

Abstract: This paper investigates the sense of the Aristotelian question “what is the best?” (*ti to ariston*) in *Eudemian Ethics* I 8. We intend to lay bare Aristotle’s assumptions when approaching that question in I 8, as well as to elucidate what kind of answer it can receive and how it connects with the research that has been conducted in the previous chapters (specially in I 7). We shall argue that in I 8 Aristotle continues the task started in I 7, where he sets out to elucidate a broad conception of happiness that is taken for granted. This broad conception includes the view according to which the end (*telos*) corresponds to what is best. In I 8, Aristotle aims at clarifying what it means to say of the end that *it is that which is “best”*.

Keywords: Aristotle, best, end, good-itself, happiness.

¹ Este trabalho é resultado de pesquisa que contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Processo 473916/2010-0). Gostaríamos de expressar nosso agradecimento aos colegas com quem discutimos versões prévias deste trabalho, em particular, Inara Zanuzzi e Lucas Angioni.

A questão fundamental do capítulo 8 de *Ética Eudêmia* I é “o que é o melhor?” (*ti to ariston*)². Essa pergunta parece receber uma resposta ao final do capítulo, quando Aristóteles afirma que o bem procurado

“[1] não é a Ideia de bem nem o bem comum (pois o primeiro é imutável e não realizável, ao passo que o segundo é mutável, mas não é realizável). O em vista de, por sua vez, tomado como fim, é o melhor e é causa das coisas que a ele estão subordinadas, sendo primeiro de todos. Desse modo, isto seria o bem em si: o fim do que é realizável para o homem.³” (1218b7-12)

Esse texto parece indicar que há uma disputa entre três candidatos a ocupar a posição do que é melhor, a Ideia de bem, o bem comum e o fim (*telos*) do que é realizável para o homem. O terceiro candidato seria a opção de Aristóteles e a passagem indicaria sua vitória sobre os demais, tornando claro o que deve cair sob a extensão do melhor⁴.

O texto não fornece um argumento em favor da vitória do *telos*, que venceria por eliminação dos candidatos rivais. Dado que a Ideia do bem e o bem comum não são realizáveis⁵ (*prakta*)⁶, caberia concluir que o melhor corresponde ao fim. Tudo se passa como se ser realizável fosse uma condição que deve ser satisfeita pelo que cai sob a extensão do melhor e como se os três candidatos fossem testados a partir desse critério. O vencedor corresponderia ao único dos três que satisfaz essa condição.

² No início do capítulo são propostas duas questões acerca do melhor: “o que é?” e “de quantos modos é dito?”. Não é claro, no entanto, que Aristóteles pretenda ter dado a resposta à segunda questão em I 8. Note-se que o capítulo termina com a observação de que a questão ainda está para ser examinada: 1218^b26.

³ As traduções das citações da *Ética Eudêmia* aqui apresentadas resultam de trabalho conjunto do autor e da colega Inara Zanuzzi. As decisões com relação às versões aqui adotadas, no entanto, são de responsabilidade do autor e não refletem necessariamente a posição de Inara Zanuzzi. Utilizou-se, como texto de base, o texto grego de Susemihl (1884). Também foi consultada a edição de Walzer e Mingay (1991).

⁴ De diferentes maneiras, vários intérpretes sustentam que o objetivo do capítulo consiste em estabelecer (em detrimento das hipóteses da Ideia de bem e do bem comum) que o melhor corresponde ao fim: ROWE, 1971, p. 20-21; DIRLMEIER, 1969, p. 194; KENNY, 1978, p. 197.

⁵ Rowe sustenta que a condição de ser *prakton* não interfere na exclusão da Ideia de bem e do bem comum (ROWE, 1971, p. 23, n. 10). O texto de Aristóteles, no entanto, não parece favorecer sua leitura.

⁶ Para uma discussão acerca do sentido de *prakton*, ver BUDDENSIEK, 1999, P. 73-74. Para nossos propósitos, o que é relevante concentra-se em torno à exposição dos sentidos do termo em 1217a36-39 (ver adiante).

Seja qual for o resultado que Aristóteles pretende estabelecer na passagem citada, as razões que o fundamentam devem estar no trecho imediatamente anterior (1218a33-b7). Trata-se de um texto excessivamente conciso, no qual Aristóteles parece aduzir diferentes argumentos, a maior parte dos quais é apenas sugerida. De tudo o que é dito no trecho, no entanto, o que claramente se apresenta como razão para afirmar que a Ideia de bem e o bem comum não se contam entre os *prakta* está em 1218b2-3⁷: tais itens não são realizáveis porque a ação busca sempre um bem específico.

Se isso é assim, contudo, a leitura que foi apresentada não pode estar correta. Nessa leitura, ser *prakton* é condição para que algo caia sob a extensão do melhor e a razão fornecida para determinar o que não pode contar como um *prakton* corresponde a não poder ser tomado como fim da ação. Nesse caso, no entanto, o fim está inserido no critério de eliminação da Ideia de bem e do bem comum.

Há, portanto, uma disparidade entre os itens que, na leitura sugerida acima, eram tomados como rivais na disputa acerca do que deve cair sob a extensão do melhor. Em última análise, a Ideia de bem e o bem comum foram eliminados por não poderem ser tomados como fins. Nesse caso, o fim ocupa no argumento uma posição que não está sendo disputada com os outros dois itens.

Neste trabalho, buscaremos uma interpretação alternativa para a relação entre as três hipóteses apresentadas (a Ideia de bem, o bem comum e o fim). Com isso, pretendemos identificar o resultado que Aristóteles estabelece no capítulo 8 de *Ética Eudêmia* I e sua relação com a discussão desenvolvida nos capítulos precedentes (em particular, no capítulo 7).

A introdução da discussão sobre o melhor

Tendo em vista esses objetivos, examinemos como é introduzida em I 8 a discussão acerca do melhor:

“[2] Deve-se, portanto, investigar o que é o melhor e de quantos modos é dito. Isso parece residir sobretudo em três opiniões. Com efeito, dizem que o melhor de tudo é [a] o bem em si e que o bem em si é aquele ao qual pertence [b] o

⁷ Esta passagem será objeto de análise detalhada adiante.

ser o primeiro dos bens e [c] o ser a causa, pela sua presença, do fato que os outros são bens.” (127b1-5)

Frequentemente, entende-se que as três opiniões referidas no texto dizem respeito às três hipóteses mencionadas em 1218b7-12 (nosso texto 1), a Ideia de bem, o bem comum e o fim⁸. A adoção de tal interpretação para o trecho inicial de I 8 sugere que o capítulo tem como pano de fundo uma disputa direta entre essas hipóteses – justamente o que se quer evitar, dada a disparidade identificada entre os outros supostos disputantes. Além disso, das três hipóteses referidas no texto 1, apenas a Ideia de bem é mencionada no início de I 8 (a partir de 1217b5). Tomada em seu contexto, a referência às três opiniões acerca do melhor vincula-se naturalmente ao que se encontra identificado no texto 2 como *a*, *b* e *c*. A primeira opinião em questão corresponde à que toma o melhor como o bem em si. As demais determinam as notas características do bem em si: ele é o primeiro dos bens (2.*b*) e a causa, pela sua presença do fato que os demais bens são bens (2.*c*). Uma vez que se tenha identificado o melhor com o bem em si, 2.*b* e 2.*c* podem ser tomados como condições que devem ser satisfeitas para que algo corresponda ao que é o melhor (condições que serão referidas, respectivamente, como condição da prioridade e condição da causalidade).

Um contraste entre i) as condições expressas primeiro parágrafo de I 8 e ii) a suposta disputa entre a Ideia de bem, o bem em si e o fim põe em relevo duas possíveis interpretações para a pergunta “o que é o melhor?”. Quando se tem ii) em mente, compreende-se “o que é o melhor?” como pedido para que se identifique qual item corresponde àquilo que é o melhor. Estaríamos na situação de quem pede que se aponte, dentre todas as coisas, qual é a melhor. As condições expressas em I 8, no entanto, respondem à pergunta compreendida de outro modo, a saber, como questão acerca do que é *ser* o melhor. O que se encontra no início de I 8, é uma concepção acerca do que significa dizer que tal ou qual item é o melhor: o que quer que se tome como o melhor será o primeiro dentre os bens e a causa do fato que as demais coisas são bens

Evidentemente, a resposta à questão compreendida à segunda maneira condiciona a resposta à questão na primeira interpretação. De fato, após apresentar as opiniões iniciais, Aristóteles opera uma passagem da

⁸ Ver KENNY, 1978, p. 197; 2011, p. 152; DIRLMEIER, 1969, p. 194.

compreensão de “o que é o melhor?” no segundo registro para uma compreensão da questão no primeiro registro. Ele observa que as características introduzidas em *b* e *c* estão presentes na Ideia de bem que, desse modo, parece qualificar-se como o que é o melhor (correspondendo, portanto, a uma resposta a “o que é o melhor?” compreendida à primeira maneira).

Uma vez que a discussão, a partir de então, passa a ser dominada pelo exame da Ideia de bem, poderia parecer que o melhor, em I 8, é abordado por um viés exclusivamente *ad hominem*. De fato, a identificação do melhor com o bem em si no início do capítulo poderia reforçar essa impressão. No entanto, a discussão com o platonismo não esgota o interesse de Aristóteles nas três opiniões apresentadas no início do capítulo. Ao contrário, ao final do texto, ele pretende mostrar que sua concepção do bem humano satisfaz as condições de ser primeiro entre os bens e ser a causa do fato que os outros bens são bens, expostas, respectivamente, em 2.*b* e 2.*c* (1218b10-11). Mesmo a expressão “bem em si” termina por ser usada para referir o *telos*, ou seja, o que corresponde ao melhor do ponto de vista aristotélico (1218b8). Aristóteles, portanto, pretende adotar para si as opiniões apresentadas no início de I 8. Com efeito, tais opiniões jamais são postas em questão e, em especial, parece assentada a correção das condições de prioridade e causalidade como critérios a serem satisfeitos pelo que é o melhor⁹.

O início de I 8, portanto, apresenta uma compreensão do melhor que é endossada por Aristóteles. A pergunta “o que é o melhor?” recebe logo de início uma resposta que jamais é abandonada ao longo do capítulo. A introdução da resposta inicial, no entanto, dá-se em termos que a fazem remontar ao platonismo. Ao que tudo indica, Aristóteles pretende apropriar-se de uma concepção geral do melhor que fora formulada pelos platônicos¹⁰.

O bem em si e a Ideia de bem

Ainda que correta, no entanto, a resposta que é apresentada em 1217^b2-5 à pergunta central do capítulo carece de precisão. As opiniões

⁹ Discordamos, portanto, de Woods (WOODS, [1982] 1992, p. 63), que identifica as três opiniões referidas no início do capítulo com aquelas expressas em 2.*a*, 2.*b* e 2.*c*, mas associa as duas últimas aos candidatos rejeitados em 1218b7-12.

¹⁰ Ignoramos as razões que levam Kenny (KENNY, 1978, p. 197) a sustentar que a compreensão do melhor em termos de bem em si seja de origem popular. Nem o vocabulário empregado nem as características atribuídas ao melhor no texto 3 favorecem essa hipótese.

expostas em *a*, *b* e *c* são formuladas em termos excessivamente genéricos e podem, por conseguinte, receber diferentes interpretações. Logo após a introdução das três opiniões, Aristóteles apresenta uma interpretação particular de caráter platonizante para as condições de causalidade e prioridade:

“[3] Com efeito, dizem¹¹ [*a*] que o bem é dito verdadeiramente sobretudo da Ideia de bem, pois [*b*] as outras coisas, dizem, são bens por participação e semelhança em relação a ela, e [*c*] a Ideia é o primeiro dos bens. Com efeito, [*d*] destruindo-se o participado, dizem que se destroem também os participantes da Ideia, [*e*] os quais são ditos “bens” em virtude de participarem daquela e dizem que [*f*] o primeiro dispõe-se desse modo em relação ao posterior. Por isso, seria o bem em si a Ideia do bem: com efeito, dizem que é separada dos participantes, tal como também as demais Ideias.” (1217b8-16)

Da interpretação platônica das condições de prioridade e causalidade, segue-se, como anunciado em 3.*a*, que o melhor corresponde à Ideia de bem. Em 3.*b* e 3.*e*, Aristóteles apresenta o modo os platônicos entenderiam que a Ideia de bem satisfaz a condição de causalidade: os demais itens são ditos “bens” por participarem da Ideia de bem, de modo que a noção de participação estabelece, para os platônicos, o sentido relevante de “causa do fato que as demais coisas são bens”. Por sua vez, o critério da prioridade, que é dito ser satisfeito pela Ideia de bem em 3.*c*, é apresentado em 3.*d* e 3.*f*. Nessas partes do texto, Aristóteles refere-se ao teste da *synanair sis* ou “codestruição”. No livro da *Metafísica*, esse teste é associado a um dos sentidos de “primeiro” que é expressamente vinculado a Platão. De dois itens, seria “primeiro” nesse sentido aquele de cuja existência depende a existência do outro, não sendo verdadeiro o inverso (1019a2-4). De acordo com esse critério, a Ideia de bem corresponde ao bem primeiro porque a sua destruição acarretaria a destruição de todos os demais bens, não sendo verdadeira a recíproca.

¹¹ O texto grego contém uma sequência de infinitivos que construímos como dependentes do *phasi* da linha 1217b2.

É relevante notar que as noções de *synanair sis* e participação podem ser empregadas sem compromisso com a tese platônica segundo a qual há universais ontologicamente separados dos itens que caem sob a sua extensão. Nos *Tópicos*, por exemplo, Aristóteles afirma que o participar (*metechein*) corresponde a “admitir o enunciado daquilo de que se participa. É, portanto, evidente, que as espécies participam dos gêneros, mas os gêneros não participam das espécies, pois a espécie admite o enunciado do gênero, ao passo que o gênero não admite o da espécie.” (*Tópicos*, IV 1, 12a111-14, nossa tradução). Não há, aqui, nenhum compromisso com as teses ontológicas do platonismo. O texto dos *Tópicos* estabelece apenas que o participado é o genérico e o participante, o específico: o cão participa do animal, ao passo que o animal não participa do cão. A tese platônica surge quando se considera que o item genérico é *separado* do específico. Essa compreensão ontologicamente comprometida da participação pode ser identificada em I 8, quando Aristóteles apresenta um argumento platônico buscando estabelecer que há uma Ideia de bem. De acordo com o raciocínio exposto em 1218a9-11, do fato que são bens a justiça e a coragem, os platônicos pretendem estabelecer que há um certo bem em si (*auto ti agathon*). Aristóteles esclarece que, ao adicionar a expressão “em si” a uma designação comum, os platônicos pretendem indicar que o item designado é eterno e separado (1218a12). Uma aplicação análoga desse raciocínio à noção de animal partiria do fato que o cão e o cavalo são animais, ou seja, que o cão e o cavalo *participam* no sentido neutro da noção de animal, e disso concluiria que há um animal em si que é eterno e separado de suas instâncias específicas.

Também a *synanair sis* pode ser compreendida de modo platônico ou neutro. Quando são considerados dois itens, um dos quais cai sob a extensão do outro, o teste seleciona como primeiro o item de maior universalidade. Por exemplo, se são consideradas as noções de “cão” e “animal”, percebe-se que, destruindo o animal, destrói-se o cão, não sendo verdadeiro o inverso. Se não há animal, não há cão, mas se não há cão não é necessário que não haja animal. O animal, portanto, é primeiro ou anterior em relação ao cão segundo o teste da codestruição. Assim aplicado, o teste permite concluir simplesmente que a condição de ser animal pode ser satisfeita sem que seja satisfeita a condição de ser cão, não sendo verdadeiro o inverso. O animal seria, em um sentido, logicamente anterior ao cão. Pela descrição que Aristóteles faz dos platônicos, no entanto, eles extrapolaram os limites da

anterioridade lógica e tomaram como sendo ontologicamente separado o item que é anterior do ponto de vista da *synanair sis*¹².

Conforme exposto em 1217b8-16, a Ideia de bem satisfaz as condições de prioridade e causalidade quando são interpretadas segundo as noções de *synanair sis* e participação em sua compreensão platônica. O bem comum que é referido em nosso texto 1 (1218b7-12), por sua vez, satisfaz as mesmas condições quando se adota a versão ontologicamente neutra da *synanair sis* e da participação. De acordo com o que Aristóteles afirma em 1218a11-15, a única diferença entre a Ideia de bem e o bem comum reside no fato que apenas a primeira é eterna e separada, de modo que ambas hipóteses estão comprometidas com a tese segundo a qual o melhor corresponde a um bem universal que estaria para os bens específicos como um gênero está para suas espécies¹³.

Aristóteles, no entanto, não pode aceitar sequer a adoção da compreensão ontologicamente neutra de *synanair sis* e participação como interpretação das condições de causalidade e prioridade. A seu ver, o melhor não pode corresponder ao bem comum porque o bem é dito de muitos modos (1217b25 ss.; 1218b4-7) e não corresponde a um gênero.

De fato, o bem comum corresponde já a uma compreensão platônica do bem¹⁴, ainda que tal compreensão não esteja comprometida com as teses ontológicas do platonismo: o bem comum enuncia uma tese platônica de natureza lógica sobre o bem, ao passo que a Ideia de bem corresponde à mesma tese adicionada de um componente ontológico.

Aristóteles, portanto, deseja adotar para o melhor as condições introduzidas pelos platônicos (causalidade e prioridade) sem aceitar a interpretação platônica dessas condições (participação e *synanair sis*), quer em sua versão lógico-ontológica, quer em sua versão exclusivamente lógica. Nesse caso, ele precisa, tão logo tenha apresentado as condições gerais, mostrar o que há de problemático com a interpretação platônica das condições. Por essa razão, a maior parte de I 8 será dedicada ao exame e crítica do platonismo – discussão que, de outro modo, caberia antes a uma investigação de outra natureza (ver 1217b17).

¹²Extensa análise da interpretação platônica do teste da *synanairêsis* pode ser encontrada em ANGIONI, 2008 (ver, em especial, o capítulo 2).

¹³Como é bem sabido, Aristóteles frequentemente apresenta a concepção segundo a qual uma Ideia seria compreendida pelos platônicos como um universal tomado como separado e eterno: ver *Metafísica*, 1040b27-41a5; 1078b30-32; 1086a2-34, etc.

¹⁴Para interpretação semelhante, ver ROWE, 1971, p. 23, n. 8.

Um modo de mostrar que a interpretação platonizante das condições gerais deve ser recusada seria expor a futilidade das razões pelas quais se supõe que existem Ideias. Se os critérios dos platônicos identificam o melhor com algo cuja existência é indevidamente afirmada, evidentemente não há bases sólidas para a adoção de tais critérios. Com isso em vista, Aristóteles apresenta de 1217b25 a 1218a33 uma série de argumentos destinados a mostrar que “a existência da Ideia, não apenas do bem, mas do que quer que seja, é afirmada de modo abstrato e vazio” (1217b20-21)¹⁵.

Aristóteles, no entanto, adota a partir de 1218a33 uma segunda linha de ataque ao platonismo, destinada a mostrar que mesmo que existisse a Ideia de bem, ela seria inútil à ação (objetivo que é anunciado em 1217b23-25). Ainda que os argumentos da primeira linha de ataque pareçam mais decisivos contra o platonismo, a segunda linha é mais relevante para a investigação que Aristóteles está desenvolvendo na *Ética Eudêmia*.

Neste ponto, é interessante notar que a motivação para o exame da noção de melhor encontra-se no capítulo anterior, que se encerra com a afirmação segundo a qual a *eudaimonia* deve ser compreendida como a “melhor das coisas realizáveis para o homem [*t n anthr p (i) prakt n*]” (1217a39-40). Boa parte de I 7 é dedicado a delimitar o caráter humano do bem buscado e a discussão acerca do melhor é introduzida em I 8 com vistas à compreensão desse bem. O objetivo de Aristóteles, portanto, é determinar o que é o melhor no âmbito da ação humana. Ao mostrar, por meio da segunda linha de ataque, que a interpretação platonizante das condições de causalidade e prioridade seleciona como melhor algo que de modo algum é útil à ação, Aristóteles estabelece que os critérios dos platônicos não são adequados para caracterizar o melhor *no âmbito das coisas realizáveis para o homem*. Nessa discussão, as questões ontológicas que dominam o primeiro conjunto de críticas estão em segundo plano e o foco recai sobre a noção de *praktion*, que é fundamental para a investigação acerca do bem humano.

As relações entre *Ética Eudêmia* I 7 e I 8

Tendo em vista a conexão entre os capítulos 7 e 8 de *Ética Eudêmia* I, pretendemos, agora, notar alguns elementos de I 7 que, a nosso ver, são

¹⁵ No interior dessa argumentação é também combatida a tese segundo a qual o bem corresponde a uma noção unívoca (1217b25 ss.).

fundamentais para a compreensão do argumento cuja conclusão é exposta em nosso texto 1.

Aristóteles inicia I 7 afirmando que é necessário começar a partir do que é dito sem clareza para buscar determinar claramente (*saph s*) o que é a felicidade¹⁶. O capítulo I 8 deve estar inserido nesse esforço de tornar claro o que é dito sem clareza.

A primeira afirmação a ser tornada clara a partir de I 7 é aquela segundo a qual a felicidade é o maior e o melhor dos bens humanos (1217a21-22). Trata-se de uma afirmação cuja verdade não é posta em questão, cabendo apenas compreendê-la com maior precisão. Ao final do capítulo, alguma clareza terá sido conquistada quando se estabelece que melhor dos bens humanos cai sob uma classe específica de bens humanos: os bens realizáveis para o homem¹⁷. O capítulo I 8 deverá permitir compreender com ainda maior clareza isso que fora estabelecido em I 7. Seus avanços, portanto, têm por base o que já fora tomado como certo no capítulo anterior.

A esse respeito, cabe notar o modo como Aristóteles, em I 7, estabelece que o melhor bem humano insere-se entre os bens realizáveis para o homem. O ponto decisivo da argumentação está no seguinte trecho:

“[4] Uma vez que o realizável é dito de dois modos (pois participam da ação [*a*] tanto as coisas em vista das quais agimos, como [*b*] as que fazemos em vista delas [*toutōn heneka*], por exemplo, consideramos entre os realizáveis a saúde e a riqueza, assim como as coisas que fazemos em vista delas, as saudáveis e as que concernem à aquisição de riquezas), é evidente que se deve estabelecer a felicidade como a melhor das coisas realizáveis para o homem.” (1217a30-40)

A inclusão da felicidade no domínio das coisas realizáveis para o homem depende da introdução de uma duplicidade de sentidos para o termo “realizável”. Aristóteles afirma que o “realizável” é dito de dois modos e disso

¹⁶ Regra que já fora exposta no início de I 6 (ver 1216b32-35), capítulo de natureza eminentemente metodológica.

¹⁷ Em 1217a34-35, Aristóteles comenta que há bens que são “realizáveis, mas realizáveis para os que são mais poderosos do que nós”. Seria possível incluir nesse grupo bens humanos, como as benesses que os homens recebem por favor divino. Trata-se de itens que correspondem a bens humanos, mas que não são bens realizáveis *para o homem*. A felicidade, o maior dos bens humanos, estaria nesse conjunto, se estivessem corretas as opiniões dos que a compreendem como resultado de possessão ou inspiração divina (I 1, 1214b23).

conclui que a felicidade deve ser tomada como a melhor das coisas realizáveis para o homem.

Os dois sentidos pelo qual algo é dito ser um bem realizável são apresentados na observação parentética de 1217a36-39. Aristóteles, ali, apresenta uma distinção entre dois modos pelos quais algo “participa da ação” (*metechei praxe s*). Essa expressão indica o que é realizável para o homem, dado que, ao ilustrar os modos pelos quais algo participa da ação, Aristóteles afirma de cada um dos exemplos que *tithemen t n prakton*, “consideramos entre os realizáveis”. Desse modo, conclui-se que é dito ser “realizável” 4.a) aquilo em vista do que se faz algo ou 4.b) aquilo que se faz com vistas a um item do tipo 4.a – distinção que, em outros textos, corresponderia, respectivamente, ao *telos* e a *tà pròs tò télos*.

Para que o resultado seja estabelecido, é necessário considerar que a felicidade cai sob uma das duas categorias¹⁸. Ora, seria absurdo pensar que a felicidade é tomada como algo que é buscado com vistas a outro bem e, de resto, Aristóteles tem tratado da felicidade como um fim com vistas ao qual tudo mais é feito desde o início de I 2¹⁹.

Assim, na investigação em que I 8 está inserido, toma-se como ponto de partida que 1) a felicidade é o melhor bem *humano* e 2) que a felicidade é um fim. De acordo com isso, somente um fim pode qualificar-se como o que é melhor dentre os bens humanos. Além disso, como mostra Aristóteles ao final de I 7, é por ser um fim que a felicidade será tomada como a melhor das coisas realizáveis para o homem. O papel de I 8 na investigação desenvolve-se a partir dessas teses e suposições e não as coloca em questão.

Tendo isso em mente, podemos passar ao exame do argumento controvertido.

A noção de melhor aplicada no âmbito da ação humana

O núcleo da segunda bateria antiplatônica está em 1218a28-b7. Neste trecho, encontra-se a razão que deve fundamentar a conclusão anunciada em 1218b7-12:

¹⁸Rowe apresenta nos mesmos termos o argumento contido na porção final de I 7 (ROWE, 1971, p. 20). Para uma reconstrução alternativa, ver BUDDENSIEK, 1999, p. 73-76.

¹⁹ Ver 1214b6-15. Também os três bens aos quais usualmente faz-se corresponder a felicidade (sabedoria, prazer e virtude – ver I 1, 1214a30-b6) são tratados como fins, o que é claramente dito na recapitulação feita ao início do livro II (ver 1218b34-36).

“[5] Além disso, [a] a Ideia de bem não é realizável. Do mesmo modo, [b] o bem comum nem é o bem em si (pois pertenceria até a um bem menor) nem é realizável. Com efeito, [c] a medicina não se empenha para que ocorra o que ocorre a uma coisa qualquer, mas para que ocorra a saúde e assim também cada uma das outras técnicas.” (1218a28-b4)

Nessa passagem, Aristóteles apresenta lado a lado dois candidatos a ocupar a posição do que é o melhor: a Ideia de bem e o bem comum (5.b). O objetivo do argumento será mostrar não apenas que a Ideia de bem não é realizável, mas que também não é realizável o bem comum. Como se viu, as diferenças entre a Ideia de bem e o bem comum residem no fato que apenas o primeiro é separado e eterno, de modo que a Ideia compartilha com o bem comum a propriedade de ser comum ou universal²⁰.

Aristóteles apresenta uma razão única para mostrar que nem a Ideia de bem nem o bem comum é realizável. Essa razão é exposta em 5.c, por meio de uma observação sobre as técnicas: a medicina, tal como cada uma das demais técnicas, não busca algo que ocorre ao que quer que seja, mas busca algo específico – no caso da medicina, a saúde. Em outras palavras, o bem que é buscado como fim por qualquer técnica não pode corresponder ao que é tomado como bem relativamente a uma coisa qualquer, mas o que se toma como bem para algo específico. Ora, o bem que é tomado como tal com relação a qualquer coisa corresponde ao bem compreendido universalmente. Assumindo que a técnica apresenta-se aqui como paradigma das ações humanas em geral, conclui-se que o bem universal não é realizável porque qualquer ação busca um bem específico, ou seja, porque qualquer ação tem por fim um bem específico.

Como foi notado acima, Aristóteles entende que a noção de bem não é um universal ordinário, atribuído segundo um sentido único a tudo o que pode tomado como um bem (o que é reforçado já nas linhas seguintes: 1218b4-7). Nesse argumento, no entanto, seu objetivo é mostrar que, mesmo

²⁰ Entendemos que, no texto 5, a diferença entre a Ideia de bem e o bem comum seja apontada logo na introdução da noção de bem comum (em 5.b). Ao dizer que o bem comum não é o bem em si, Aristóteles está empregando a expressão “bem em si” no sentido exclusivamente platônico. Na observação entre parênteses em 5.b, Aristóteles fornece a razão pela qual o bem comum não corresponde ao bem em si, ou seja, à Ideia de bem: dado que o bem comum não é separado, se ele fosse idêntico à Ideia de bem, essa pertenceria a cada um dos bens (até mesmo aos menores). O fato que a Ideia é separada impede a identificação entre o bem comum e a Ideia de bem.

que o bem pudesse ser assim considerado, ele não seria realizável. Uma vez que a universalidade é uma propriedade compartilhada entre o bem comum e a Ideia de bem, o argumento presta-se a identificar a propriedade da Ideia de bem que, à parte das questões propriamente ontológicas, torna-a inútil para a ação. Trata-se justamente da propriedade que a Ideia de bem compartilha com o bem comum, ou seja, a universalidade.

Como notado, o trecho de 5.c recorre ao fato que o bem universal (seja ele ou não compreendido como separado e eterno) não pode ser tomado com fim das ações para mostrar que o bem comum e a Ideia de bem não são realizáveis. Como observa Woods (WOODS, [1982] 1992, p. 80), no entanto, isso corresponderia a atacar uma tese que não é sustentada por ninguém. Os platônicos, em especial, certamente não pretendem que a Ideia de bem seja realizável ou que seja identificada com o maior bem *humano*²¹. Mesmo que seja relevante notar que a ação nunca busca um bem universal, o modo como Aristóteles o faz é por meio da eliminação de uma tese que não é defendida por ninguém. Qual seria, então, o propósito do argumento? Por que Aristóteles precisa mostrar que o bem universal não pode ocupar a posição do fim da ação?

Nossa resposta deve explorar a ideia segundo a qual I 8 é parte do empreendimento que tivera início em I 7. Em I 8, tal como ocorrera em I 7, Aristóteles pretende tornar mais claro o que é a felicidade, o melhor dos bens humanos. O papel de I 8 nesse esforço concentra-se no esclarecimento das condições que devem ser satisfeitas para que algo qualifique-se como o melhor *assim compreendido*. Ao adotar as condições da causalidade e prioridade como solução genérica ao problema do capítulo, Aristóteles precisa mostrar como essas condições tornam mais clara a noção de melhor no âmbito humano - e não no âmbito do melhor em absoluto. Para tanto, é preciso que as condições sejam interpretadas de modo que possam aplicar-se a algo que é o melhor na medida em que é um fim.

Como se viu, as condições de causalidade e prioridade são herdadas dos platônicos e, para adotá-las na explicação do melhor dentre o que é realizável para o homem, é necessário antes livrá-las da interpretação platonizante. Entendemos que o objetivo de Aristóteles no argumento cujo

²¹ O bem comum poderia ser tomado como realizável no sentido em que, ao obter a saúde, o médico obtém uma instância do bem comum. Ele não é, no entanto, realizável no sentido de algo que é tomado como um fim que orienta a ação.

passo decisivo encontra-se no texto 5 e cuja conclusão é exposta no texto 1 seja justamente o de realizar essa tarefa prévia ao adequado esclarecimento das condições de causalidade e prioridade no contexto da ação humana. Desse modo, nos textos que nos ocupam, Aristóteles estaria empenhado em minar as bases de sustentação da interpretação platônica das condições de prioridade e causalidade. Sua intenção seria mostrar que a compreensão que os platônicos formularam em abstrato para essas condições não pode ser transposta para o contexto da ação humana.

A estratégia geral adotada por Aristóteles para tanto corresponderia a um argumento por contraposição que tem como ponto de partida o seguinte condicional:

[C] Se a compreensão platônica do melhor é verdadeira para o âmbito do que é realizável para o homem, então o bem universal é a melhor das coisas realizáveis para o homem.

Da negação do conseqüente de C, segue-se a negação do antecedente - dado que o bem universal não pode corresponder à melhor das coisas realizáveis para o homem, então a compreensão platônica do melhor não é verdadeira para o âmbito do que é realizável para o homem.

O passo dado no texto 5 corresponderia ao estabelecimento da negação do conseqüente do condicional C. Expressamente, o texto estabelece que a Ideia de bem e o bem comum não são realizáveis por não poderem ser tomados como fins. De acordo com a suposição que pretendemos recuperar dos capítulos anteriores do livro I da *Ética Eudêmia*, o melhor no âmbito relevante é um fim. Ora, a Ideia de bem e o bem comum foram introduzidos por Aristóteles como candidatos ao posto do que é melhor. Na interpretação proposta, Aristóteles realiza uma espécie de teste que consiste em tentar colocar na posição que deve ser ocupada pelo que é melhor dentre as coisas realizáveis para o homem (a saber, a posição do fim) esses itens que são apresentados como candidatos platônicos ao que é melhor. O teste mostra que, em virtude de seu caráter universal, tais itens não podem ocupar essa posição e, com isso, estabelece a negação do antecedente do condicional C.

Para os objetivos de Aristóteles, é de menor importância que os platônicos jamais tenham pretendido tomar o bem universal como bem humano. Dado o condicional C, a impossibilidade de se tomar o bem universal como fim da ação estabelece o que Aristóteles pretende obter, ou

seja, a recusa da interpretação platônica das condições de causalidade e prioridade para o âmbito da ação humana.

Com isso, cabe rever o texto que expõe a conclusão do argumento para compreender o desenvolvimento final da argumentação de I 8:

“[1] É evidente [a] que o procurado bem em si não é a Ideia de bem nem o bem comum (pois [b] o primeiro é imutável e não realizável, ao passo que o segundo é mutável, mas não é realizável). [c] O em vista de, por sua vez, tomado como fim, é o melhor e é causa das coisas que a ele estão subordinadas, sendo primeiro de todos. Desse modo, isto seria o bem em si: o fim do que é realizável para o homem.” (1218b7-12)

Em 1.b, Aristóteles apenas vincula o resultado negativo apresentado em 1.a ao que fora estabelecido em 5. Em 1.c, no entanto, Aristóteles parece apresentar um resultado positivo de acordo com a qual o melhor corresponde ao fim. Com havíamos notado acima, Aristóteles não pode estar recorrendo à condição de ser realizável como critério para dirimir uma disputa que se estabeleceria entre a Ideia de bem, o bem comum e o fim com vistas a determinar qual deve ocupar a posição de melhor. Em 5, afinal, Aristóteles mostra que a Ideia de bem e o bem comum não são realizáveis *porque* não podem ser tomados como fins. Entendemos, portanto, que 1.c não pretende apresentar uma conclusão do que fora exposto em 5, mas sim uma premissa que é adotada a partir de I 7. Aristóteles parte do fato que o melhor dentre as coisas realizáveis para o homem corresponde ao que cumpre o papel de fim da ação e, mostrando que a Ideia de bem e o bem comum não podem desempenhar esse papel, estabelece que nenhum desses dois candidatos corresponde ao que é melhor no âmbito do realizável para o homem.

Com a apresentação do resultado negativo em 1.a, Aristóteles não apenas eliminou dois candidatos a ocupar a posição de melhor, mas, o que é mais importante, eliminou a interpretação das condições de prioridade e causalidade que estabeleciam tais candidatos na posição do melhor: a *synanair sis* e a participação não são boas interpretações para as condições de prioridade e causalidade nem mesmo em sua compreensão ontologicamente neutra.

Uma vez livre das interpretações inadequadas, Aristóteles pode propor para as condições de causalidade e prioridade a compreensão adequada ao domínio da ação. Assim, o que parece ser a apresentação de uma conclusão positiva em 1.c, consiste, na verdade, na introdução de uma nova etapa da

discussão, aquela em que Aristóteles apresenta a boa formulação das condições de causalidade e prioridade. Se (como já se tomava como certo desde o início do capítulo) o fim corresponde ao melhor, isso é porque ele satisfaz as condições da prioridade e causalidade, para as quais se deve, então, fornecer a interpretação adequada.

A boa compreensão das duas condições é apresentada logo em seguida (com a brevidade característica da *Ética Eudêmia*). A condição da causalidade é examinada em 1218b16-22, onde Aristóteles explica que o fim opera como causa do fato que as demais coisas são bens porque, uma vez que se disponha um certo bem como fim da ação, passam a ser consideradas boas as coisas cuja obtenção contribui para a obtenção do fim. Os meios, portanto, são bens em virtude de sua relação com o fim²².

A condição de prioridade, por sua vez, é tratada em 1219a22-24, onde Aristóteles indica que ninguém que não seja um sofista procuraria mostrar que o fim da ação é um bem. Com isso, a prioridade do fim na ordem dos bens é assegurada na medida em que o fato que o fim é um bem depende apenas de sua posição no raciocínio teleológico, não sendo derivado da existência de um bem anterior²³.

***Ética Eudêmia* I 8 e a questão acerca do que é o melhor**

Tendo em vista os resultados estabelecidos acima, apresentaremos agora de modo conciso o percurso que acreditamos ser percorrido por Aristóteles no capítulo final de *Ética Eudêmia* I.

Em I 8, Aristóteles parte de uma resposta genérica à pergunta “o que é o bem?” compreendida como questão acerca de que tipo de coisa corresponde àquilo que é o melhor (a primeira das duas compreensões expostas na seção *A introdução da discussão sobre o melhor*). Em sentido geral, o fim corresponde ao que é o melhor, ao passo que, em sentido específico, o que é o melhor corresponde ao fim buscado por uma

²² O modo como Aristóteles estabelece a satisfação da condição causal pelo fim é objeto de detalhado exame por Berti (BERTI, 1971), que recebe uma resposta de Robinson (ROBINSON, 1971).

²³ Cabe ainda notar um certo descompasso entre o modo como a investigação sobre o melhor no âmbito da ação humana é introduzido em I 7 e como é tratado em I 8. Em I 7, o melhor dentre os bens humanos é identificado com a felicidade. Trata-se, portanto, do melhor *sem mais*, do fim último. Em I 8, o melhor é investigado não a partir da noção de fim último, mas do fim de cada uma das ações particulares. Restaria, ainda, examinar o fim último e o melhor sem mais, o que é anunciado ao fim do capítulo (quando se adota, com Walzer e Mingay, a adição de *kai* na linha 1218b26).

determinada ação (correspondendo, dependendo do contexto, à saúde, à vitória, etc.).

Contudo, mesmo que se saiba que o fim corresponde ao que é o melhor, deve-se ainda buscar uma compreensão mais precisa acerca do que significa “melhor”, quando se diz que o fim é o melhor no contexto relevante (a saber, no contexto da ação humana). Isso impõe um exame da questão “o que é o melhor?” tomada no segundo dos dois sentidos distinguidos acima. Uma resposta genérica a essa pergunta será adotada a partir dos platônicos: dizer que x é o melhor significa tomar x como o primeiro dentre os bens (condição da prioridade) e como causa do fato que as outras coisas são bens (condição da causalidade).

Ao assumir para si a resposta genérica dos platônicos, no entanto, Aristóteles precisa pronunciar-se a respeito da interpretação dada pelos platônicos às condições da prioridade e da causalidade, que são respectivamente compreendidas a partir da *synanair sis* e da participação. Para mostrar que a interpretação platônica das condições da prioridade e da causalidade não expressa o que significa “melhor” no contexto da ação humana, Aristóteles examina o item que resulta ser o que é o melhor uma vez adotada a interpretação platônica (o bem universal, compreendido como separado ou não) e mostra que ele não pode ser tomado como fim da ação. Com isso, dado que o fim corresponde ao que é o melhor em sentido geral, Aristóteles estabelece que o bem universal não corresponde ao que é o melhor em sentido específico (ele não pode ocupar a posição que cabe à saúde, à vitória, etc.). Uma vez que se tenha estabelecido que o bem universal não pode ocupar a posição de fim, fica claro, por contraposição, que a interpretação platônica das condições que delimitam o significado de “melhor” não é adequada para a compreensão do que é “melhor”, quando este é atribuído ao fim.

Tendo eliminado a interpretação platônica das condições de causalidade e prioridade, Aristóteles pode mostrar de que modo tais condições perfazem o sentido relevante de “melhor”.

Referências bibliográficas

Edições e traduções das obras de Aristóteles

JAEGER, W. *Metaphysica*. Oxford: Clarendon, 1957.

KENNY, A. *The Eudemian Ethics*. Oxford: Oxford U. P., 2011.

- ROSS, W. D. *Topica et Sophistici Elenchi*. Oxford: Clarendon, 1958.
SUSEMIHL, F. *Eudemi Rhodii Ethica*. Berlim: Teubner, 1884.
WALZER, R. R.; MINGAY, J. M. *Ethica Eudemia*. Oxford: Clarendon, 1991.

Demais obras

- ANGIONI, L. *As noções aristotélicas de substância e essência*. Campinas: Editora UNICAMP, 2008.
BERTI, E. “Multiplicité et unité du bien”. In MORAUX, P.; HARLFINGER, D. *Untersuchungen zur Eudemischen Ethik*. Berlim: De Gruyter, 1971, p. 157-184.
BUDDENSIEK, F. *Die Theorie des Glücks in Aristoteles’ Eudemischer Ethik*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1999.
DIRLMEIER, F. *Eudemische Ethik*. Berlin, Akademie-Verlag, 1969.
KENNY, A. *The aristotelian ethics*. Oxford: Oxford U. P. 1978.
ROBINSON, D. B. “Ends and means and logical priority”. In MORAUX, P.; HARLFINGER, D. *Untersuchungen zur Eudemischen Ethik*. Berlim, De Gruyter, 1971, p. 185-193.
ROWE, C. J. “The Eudemean and Nicomachean Ethics: a study in the development of Aristotle’s thought”. *Proceeding of the Cambridge Philological Society*, Supplement 3 (1971), p. 9-123.
WOODS, M. *Eudemean Ethics - Books I, II and VIII*. Oxford: Clarendon, [1982] 1992.

E-MAIL: rzillig@gmail.com

RECEBIDO: Novembro/2012
APROVADO: Dezembro/2012